

☆continuação

for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passada. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração e seus assessores jurídicos: **• Ativos contingentes:** trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; **• Passivos contingentes:** decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça. **3.11. Empréstimos:** Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). **3.12. Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **3.13. Receita:** A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). **4. Caixa e equivalentes de caixa**

	2017	2016
Contas bancárias	-	3.086
Aplicações Financeiras	2.778	2.754
	2.778	5.840

As aplicações financeiras referem-se a CDB/RDB DI remuneradas por taxas variáveis de 0,78% a 1,02% do CDI e possuem liquidez imediata com uma mudança insignificante em relação ao valor registrado. Essas aplicações estão classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

5. Partes relacionadas

	2017	2016
Descrição	Ativo Passivo	Ativo Passivo
Curuá Energia S.A.	- 10.312	1.712 -
Eleticidade Paraense	- 648	- 648
Brasil Central Engenharia	- 31	- 31
Edison Lobo Filho	1.472 -	1.472 -
Mafe Energia	5.493 40.264	2.778 40.265
Fabiola Cassia de N. Sampaio	469 -	234 -
Fernando Antonio Bertin	4.906 -	4.268 -
Filadelfo dos Reis Dias	5.065 -	4.346 -
Mara Daisy Gil Dias	6.153 263	6.152 262
Luiz Carlos Gradella	20 -	20 -
Natalino Bertin	18 -	16 -
Silmar Roberto Bertin	18 -	16 -
	23.614 51.518	21.014 41.206

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia suas controladoras, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas da Companhia, seus administradores, Conselheiros e demais membros do

pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definição no Pronunciamento CPC 5 (R1). A Companhia firmou instrumento particular de confissão de dívida e outras avenças no valor histórico de R\$ 45.106, sendo fixado que o montante atualizado até a data da assinatura do contrato é de R\$ 52.288, referente a mútuo junto à parte relacionada Heber Participações S.A., celebrado em 1º/08/2012, a ser pago em 180 meses, sendo acordado que o pagamento das parcelas ocorrerá tão somente por meio de 86% da sobra do fluxo de caixa, se existente, respeitando e priorizando o pagamento com BNDES, as despesas ordinárias com funcionários, operação, manutenção, impostos e outras despesas necessárias para o regular funcionamento da Companhia. Na mesma data, foi firmado instrumento particular de assunção de dívida com a anuência da Companhia onde a Heber Participações S.A. transfere o montante do crédito para Mafe Energia e Participações S.A., controladora da Buriti Energia S.A., sendo mantido

7. Imobilizado

Descrição	Taxa anual depreciação	Custo	Adições	Transferência	Baixas	Depreciação acumulada	Líquido
Usinas: Reservatórios e barragens	2%	65	-	-	-	(12)	53
Edificações e obras civis	4%	78.389	-	-	-	(28.568)	49.821
Máquinas e equipamentos	3%	6.315	167	-	-	(1.692)	4.790
Veículos	20%	148	-	-	-	(63)	85
Móveis e utensílios	10%	1	-	-	-	-	1
Rede básica: Edificações e obras civis	4%	151	-	-	-	(34)	117
Máquinas e equipamentos	3%	198	-	-	-	(53)	145
Móveis e utensílios	10%	2	-	-	-	-	2
Administração central: Embarcações e flutuantes	10%	16	-	-	-	(16)	-
Equipamento segurança	20%	58	4	-	-	(51)	11
Máquinas e equipamentos	10%	120	-	-	-	(57)	63
Móveis e utensílios	10%	109	2	-	-	(48)	63
Terrenos		200	-	-	-	-	200
		85.772	173	-	-	(30.594)	55.351

Descrição	Taxa anual depreciação	Custo	Adições	Transferência	Baixas	Depreciação acumulada	Líquido
Usinas: Reservatórios e barragens	2%	65	-	-	-	(11)	54
Edificações e obras civis	4%	78.410	-	(21)	-	(25.432)	52.957
Máquinas e equipamentos	3%	6.315	-	-	-	(1.499)	4.816
Veículos	20%	29	118	-	-	(33)	114
Móveis e utensílios	10%	3	-	(2)	-	-	1
Rede básica: Edificações e obras civis	4%	151	-	-	-	(30)	121
Máquinas e equipamentos	3%	198	-	-	-	(47)	151
Móveis e utensílios	10%	2	-	-	-	-	2
Administração central: Embarcações e flutuantes	10%	16	-	-	-	(14)	2
Equipamento segurança	20%	58	-	-	-	(44)	14
Máquinas e equipamentos	10%	91	29	-	-	(46)	74
Móveis e utensílios	10%	86	-	23	-	(37)	72
Terrenos		200	-	-	-	-	200
Veículos	20%	48	-	-	(48)	-	-
		85.672	147	-	(48)	(27.193)	58.578

8. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros (%)	2017	2016
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES	2,15% a.a. acima da TJLP	5.387	7.851
		5.387	7.851
		5.387	4.924
		-	2.927

Circulante
Não circulante

Garantias: Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, garantidos por ações de propriedade da Companhia controladora Mafe Energia e Participações S.A. de emissão da Curuá Energia S.A. e, ainda, dos direitos creditórios que é titular, provenientes: **• Do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) VPMI 082/2004, celebrado em 20/12/2004 e subsequentes aditivos;** **• De todos os valores a serem recebidos pela beneficiária, da Eletrobras, a título de rateio da conta Consumo de Combustíveis Fósseis (CCF).** **As mutações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas:**

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2015	5.176	6.786	11.962
Variações monetárias e juros	931	-	931
Transferências	3.859	(3.859)	-
Pagamento de juros	(931)	-	(931)
Amortização de principal	(4.111)	-	(4.111)
Saldo em 31/12/2016	4.924	2.927	7.851
Variações monetárias e juros	351	-	351
Transferências	2.927	(2.927)	-
Pagamento de juros	(351)	-	(351)
Amortização de principal	(2.464)	-	(2.464)
Saldo em 31/12/2017	5.387	-	5.387

9. Parcelamentos de impostos

	2017	2016
PERT - 2017 (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS)	5.092	-
	5.092	-
	4.763	-
	329	-
	2017	2016
	5.540	5.540
	5.540	5.540

	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
31/12/2016	-	5.540	-	5.540
(+) Adição	-	-	-	-
(-) Reversão	-	-	-	-
(-) Baixa	-	-	-	-
31/12/2017	-	5.540	-	5.540

as condições do instrumento de confissão de dívida firmado junto a Heber Participações S.A. Em 31/12/2017 o montante em aberto referente ao contrato é de R\$ 40.264. **Remuneração de pessoal-chave da Administração:** Em dezembro de 2017, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a direção da Companhia, totalizou R\$ 1.510 (em 2016, R\$ 1.391). Não foram pagos valores à pessoal-chave remuneração a título de: **(a)** Benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); **(b)** Benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); **(c)** Benefícios de rescisão de contrato de trabalho; **(d)** Remuneração baseada em ações.

6. Depósitos vinculados

	2017	2016
Depósitos judiciais e cauções garantias	13.234	15
	13.234	15

2017				Depreciação acumulada	Líquido
Custo	Adições	Transferência	Baixas		
65	-	-	-	(12)	53
8.389	-	-	-	(28.568)	49.821
5.315	167	-	-	(1.692)	4.790
148	-	-	-	(63)	85
1	-	-	-	-	1
151	-	-	-	(34)	117
198	-	-	-	(53)	145
2	-	-	-	-	2
16	-	-	-	(16)	-
58	4	-	-	(51)	11
120	-	-	-	(57)	63
109	2	-	-	(48)	63
200	-	-	-	-	200
8.772	173	-	-	(30.594)	55.351

2016				Depreciação	
Custo	Adições	Transferência	Baixas	acumulada	Líquido
65	-	-	-	(11)	54
3.410	-	(21)	-	(25.432)	52.957
5.315	-	-	-	(1.499)	4.816
29	118	-	-	(33)	114
3	-	(2)	-	-	1
151	-	-	-	(30)	121
198	-	-	-	(47)	151
2	-	-	-	-	2
16	-	-	-	(14)	2
58	-	-	-	(44)	14
91	29	-	-	(46)	74
86	-	23	-	(37)	72
200	-	-	-	-	200
48	-	-	(48)	-	-
6.672	147	-	(48)	(27.193)	58.578

← A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgão governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis e outros assuntos. As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados. **Contingências passivas não provisionadas:** As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 2.305 em 2017 (em 2016, R\$ 2.305), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **11. Patrimônio líquido: a) Capital social:** O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 2017 é de R\$ 5.209 (em 2016, o mesmo valor).

b) Reservas de lucros:

	2017	2016
Reserva legal	1.042	1.042
Reserva de incentivos fiscais	22.149	21.822
	23.191	22.864

Reserva de incentivos fiscais: Conforme Resolução Normativa nº 427/2011 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a reserva de incentivo fiscal que perfaz em R\$ 23.752 em 2017 (em 2016, R\$ 22.864), trata-se de reserva de recursos referente a repasses recebidos pela Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, para geração de energia elétrica nos sistemas isolados, conforme estabelecido pela Resolução Autorizativa nº 322/2005 do Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia tem a obrigatoriedade de constituir o montante de R\$ 32.725 de reservas de incentivos fiscais, correspondente ao total de repasses recebidos pela CCC entre setembro de 2008 e setembro de 2015, podendo utilizar o saldo desta reserva para compensar prejuízos, que foi realizado pela Companhia, permanecendo a obrigação de reconstituir o saldo de reserva em resultados subsequentes, ao limite da obrigatoriedade de R\$ 32.725, conforme disposto na Lei nº 12.973/14 (artigo 30). **12. Receita líquida**

	2017	2016
Fornecimento	15.883	14.617
(-) PIS	(103)	(95)
(-) COFINS	(476)	(439)
	15.304	14.083

13. Custos de operação

	2017	2016
Geração		
Custo de Operação	(1.220)	(1.487)
Usinas - Operações com energia elétrica	(269)	(229)
Depreciação e amortização	(3.370)	(3.367)
	(4.859)	(5.083)